LUTAR COM A AMAZÔNIA:
resistência e ativismo popular pela vida

*Daniel Lemos Jeziorny**

MILANEZ, Felipe. *Lutar com a floresta*: uma ecologia política do martírio em defesa da Amazônia. São Paulo: Elefante, 2024. 304p.

O livro acima referenciado é fruto de um criterioso trabalho de investigação e traz elementos para se pensar o que ocorre na maior floresta tropical do mundo. Lugar onde grileiros, madeireiros e latifundiários usurpam terras públicas e de povos tradicionais para suplantar com *commodities* sua exuberante biodiversidade. Ao remontar a história de resistência e o martírio de um casal de lideranças ambientalistas – assassinadas numa reserva extrativista no Pará –, *"Lutar com a floresta"* incita-nos a pensar sobre a expropriação que avança no compasso de crimes contra a humanidade e contra a natureza na Amazônia brasileira, mas também em alternativas.

O livro analisa fatos e cosmovisões contrapostas em cinco capítulos, que tratam: 1) da importância do ambientalismo popular, da reforma agrária e da insurgência feminista na constituição de uma versão emancipatória de humanidade/natureza; 2) da relevância pedagógica do movimento sindical e da luta de classes inscrita no extrativismo; 3) da colonialidade da natureza como contraparte do mito civilizatório da modernidade/capitalista; 4) da violência característica da situação colonial que instaura a desumanização do Outro, num mundo racialmente hierarquizado; 5) do não apagamento das ideias do casal de ambientalistas – covardemente assassinados.

Ao denunciar a brutalidade do padrão de reprodução do capital que grassa nas formações socioeconômicas latino-americanas, nas entrelinhas o livro traz ainda o vislumbre de um outro mundo possível. Portanto, o trabalho não apenas documenta a violência do tempo do capital no reordenamento do espaço agrário brasileiro, mas levanta elementos de um horizonte emancipatório. Alternativas que se abrem a partir de formas de existir com a floresta, pedagogicamente forjadas pela luta de povos oprimidos como contrapontos aos tensionamentos da atual "necropolítica" (Mbembe, 2017); uma forma de submissão da vida pela morte legitimada pelo Estado e que visa ao reforço de uma *necroeconomia* cada vez mais autofágica. Própria do "neoextrativismo" (Gudynas, 2009; Acosta, 2016) que se aprofunda na economia brasileira, a *necroeconomia* da superexploração das pessoas e da natureza é potencializada pela conjuntura atual de degradação ecossistêmica, pela sucessão de eventos climáticos extremos e pelo recrudescimento da violência – inclusive aquela típica da acumulação originária.

Em um texto que mobiliza – ao fundo – o conceito marxiano de metabolismo social com ideias de pensadores/ativistas como Paulo Freire, Franz Fanon e Aílton Krenak, o autor não apenas recupera a ideia marxiana de que ao modificar a natureza o ser humano modifica também a sua própria natureza, mas faz isso ao reforçar a necessidade de se pensar a existência humana em consonância com o seu substrato material e condição inarredável de existência. Com efeito, no livro publicado pela editora Elefante, os conflitos socioambientais

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Departamento de Economia e Relações Internacionais.
Av. João Pessoa, 52. Centro Histórico. Cep: 90040-000. Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil.
daniel.lemos@ufrgs.br
https://orcid.org/0000-0002-7042-8673

Cad. CRH, Salvador, v. 38, p. 1-4, e025075, 2025

http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v38i0.64513 / Caderno CRH – ISSN: 1983-8239

que perpassam um "território recalcitrante" (Jeziorny; Miebach, 2023) despontam não apenas como contendas abertas pelo desenvolvimento capitalista, mas também enquanto pontos luminosos a indicar o caminho de saída do labirinto em que nos encontramos em nossa relação com a natureza. Labirinto que se erige como corolário de uma acumulação de capital que se tornou um fim em si mesma e provoca a desorganização das coordenadas do "Sistema Terra" (Marques, 2023).

É com esse pano de fundo que o livro avança na literatura sobre o Antropoceno. Ao utilizar a luta de classes como chave de interpretação da destruição da biosfera, ele ilumina o que a ideia de Antropoceno escamoteia: nem todos os seres humanos têm responsabilidade nesse processo. O trabalho de Milanez avança ainda numa alternativa às insuficiências teórico-analíticas de estudos marcados pelo modismo que acomete muitos pensadores de esquerda, que em vez de criticar o sistema da acumulação, buscam em seus interstícios espaços para narrativas fragmentárias. E com isso perdem a noção da estrutura que – além de provocar a crise ecológica com o seu desenvolvimento – articula violências contra grupos sociais oprimidos pelo *status quo*.

Nessa linha, o livro engendra uma oportuna crítica ao papel do Estado enquanto engrenagem decisiva no reordenamento dos fluxos de matéria, energia e poder sob a lógica da acumulação capitalista. Por se tratar do aparato mediante o qual se busca concertar territorialmente as escalas do fluxo de poder (Harvey, 2005), cabe ao Estado controlar e disponibilizar ao capital recortes da biosfera (Parenti, 2022). Ademais de garantir a face passiva da distribuição/apropriação da riqueza socialmente produzida, ou seja, a forma da propriedade dos meios de produção, cabe ao Estado capitalista oferecer infraestrutura à circulação capitalista, regulamentar o conflito inerente à relação capital-trabalho e gerenciar os aparelhos repressivos que asseguram a ordem sociometabólica do capital. Aparelhos que se furtaram em reprimir a violência contra José Cláudio de Oliveira da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, assassinados dentro do Projeto de Assentamento Agroextrativista onde viviam, em 2011.

O livro resgata a pugna de grupos oprimidos pela ação homogeneizadora, muitas vezes abrupta e violenta do capital, mas também a sua engrenagem ou expressão política. *Lutar com a floresta* trata da experiência de comunidades em resistências forjadas no crisol da luta pela vida – a exemplo de quilombolas, ribeirinhos, camponeses e diversas etnias indígenas – que a partir de seus modos de vida constroem sentidos indispensáveis ao reenlace da humanidade com seu substrato material e condição inarredável de existência. Contudo, o resgate não deixa de jogar luz sobre as responsabilidades do Estado na incidência dos conflitos que daí emergem e na barbárie que destes conflitos resultam.

Violência que tampouco deixa de ser fruto da colonialidade da natureza latino-americana (Alimonda, 2011). Retrato de um eurocentrismo que, racista em essência, busca promover – junto com o ecocídio – o epistemicídio. No fundo, assassinatos como o de Maria e José Cláudio são resultados concretos de um mito civilizatório que segue a arrasar ecossistemas, povos e saberes ancestrais. Ao contestarem a ontologia moderna/ocidental de um só mundo possível, estes saberes resultam de cosmovisões que emergem de um tipo de metabolismo social em harmonia com a natureza, tomada enquanto trama da vida da qual todos dependem, em vez de mera fonte de "recursos naturais" – aproveitáveis em processos brutalizantes de acumulação de capital.

É de lutas como a de Maria e José Cláudio que se forjam versões de humanidade psiquicamente menos atormentadas pelo fetiche da mercadoria e pela aceleração do tempo intrínseca à acumulação capitalista. Uma acumulação ensandecida, que no Brasil impulsiona crimes ambientais, grilagens de terras e hipoteca o futuro ao transformar a floresta

amazônica em cinza. Quadro trágico, no qual se tenta anular o espaço pela velocidade de rotação de capitais neoextrativistas.

É mediante a crueza por detrás dessa lógica que a violência se avilta e a floresta é posta abaixo. Isto, sob a leniência do Estado a serviço de grandes corporações transnacionais que se tornaram o centro de um mundo desigual e cada vez mais violento. Esta dinâmica, que reflete o caráter contraditório do capitalismo, no Brasil ecoa a autofagia do padrão de reprodução do capital que avança predatoriamente sobre biomas, territórios e corpos relegados à subalternidade, acarretando profunda degradação ecossistêmica e humana.

Certamente, a ousada luta de Maria e José Cláudio é exemplo de irresignação ante uma trajetória de desenvolvimento que se alimenta de sua própria carne, mas também de resistência contra uma forma socio-histórica de se concretizar a dupla internalidade humanidade/natureza (Moore, 2015), que afronta essencialmente a vida, ao subsumi-la à pura forma sem conteúdo do dinheiro. O livro que Milanez nos traz documenta o martírio desse casal de ambientalistas frente a guerra aberta pelo capital contra a trama da vida. Mas, na medida em que articula a história do imbricamento dos interesses das oligarquias agrárias brasileiras com o Estado e com os interesses de grandes corporações transnacionais, o trabalho não deixa de apresentar elementos para se pensar o Brasil no caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista e a injustiça – econômica, social e ambiental – que lhe é própria.

O livro nos oferece uma perspectiva do papel histórico da economia brasileira na divisão internacional do trabalho e das contradições que daí emergem: como a questão agrária. Nesse sentido, *Lutar com a floresta* traz elementos à apreensão da dinâmica que articula o que intercorre no sul e sudeste do Pará com a luta pela terra, mas também a relação dessa luta com a conquista, a colonização e a colonialidade do poder, do ser e do saber. Em *Lutar com a floresta*, a questão agrária aparece vivamente como produto da violência típica do desenvolvimento capitalista, da situação colonial que lhe subjaz, instauradora da desumanização do Outro num mundo racialmente hierarquizado – tal qual descreve Fanon (2016) em "*Os condenados da terra*".

Lutar com a floresta levanta também a questão da desumanização discutida por Paulo Freire (2006) em *Pedagogia do oprimido*. Violência brutal da guerra da conquista. Assim, o livro analisa eventos históricos essenciais para se compreender o Brasil atual, como o papel da ditadura militar no controle violento sobre as pessoas e na transformação de um lugar de vida em espaço de morte. Mesmo após a redemocratização, movimento que se alastra como parte de um processo histórico eivado de violência, que rompe a relação de convívio com a floresta e separa sujeitos de seus territórios. *Lutar com a floresta* traz, portanto, um fundamento característico da crítica da economia política, mas também da ecologia política: gente, lugar e jeito de estar como totalidade – justamente como colocado por Marx e reafirmado por Aílton Krenak (2019).

Vale ressaltar ainda que ao fazer uma análise do julgamento dos assassinos de Maria e José Cláudio na comarca de Marabá, Milanez documenta uma das primeiras manifestações, no Brasil, do diversionismo que marca a estratégia de ação da atual extrema direita ou *alt-right*. Além disso, apresenta uma análise da instrumentalização de correntes religiosas na justificação da violência perpetrada contra grupos sociais relegados a uma suposta condição de inferioridade, bem como na escorchante tentativa de culpabilizar as vítimas pelo próprio martírio. Por fim, o livro traz a íntegra da entrevista que o autor fez com o casal de ambientalistas e contribui grandemente para que suas vozes sigam a mobilizar vidas – em luta pela vida. Apesar das limitações envoltas em estudos de caso, especialmente quanto ao risco de generalizações, trata-se de um trabalho lúcido e fortemente recomendável, que traz significativas possibilidades de desenvolvimento para

quem se dedica a apreender as contradições do neoextrativismo na Amazônia. Padrão de reprodução do capital que acarreta degradação de natureza humana e extra-humana, mas também onde surgem formas de resistir e de lutar – com a floresta.

Recebido para publicação em 11 de novembro de 2024
Aceito para publicação em 22 de setembro de 2025

Editor Chefe: *Renato Francisquini Teixeira*

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:

Daniel Lemos Jeziorny – Escrita. Conceitualização.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS:

Os dados deste artigo podem ser obtidos mediante solicitação ao autor correspondente.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces de uma mesma maldição. *In*: GILGER, D. *et al.* (org.). *Descolonizar o imaginário*: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2016. p. 31-99.

ALIMONDA, H. *La naturaleza colonizada: e*cologia política y mineração en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

FANON, F. *Os condenados da terra.* Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido.* Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. *In*: CAAP - CENTRO ANDINO DE ACCIÓN POPULAR; CLAES - CENTRO LATINO-AMERICANO DE ECOLOGÍA SOCIAL. *Extractivismo, política y sociedad*. Quito: CAAP; CLAES, 2009. p.187-225.

HARVEY, D. El nuevo imperialismo: acumulación por desposesión. In: PANITCH, L.; LEYS, C. Socialist Register. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

JEZIORNY, D. L.; MIEBACH, A. D. Devir, desenvolvimento, territórios recalcitrantes e horizontes emancipatórios. *Revista Universidade e Sociedade*, n. 72, p. 148-161, 2023.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARQUES, L. *O decênio decisivo:* proposta para uma política da sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023.

MARX, K. *O Capital:* crítica da economia política - Volume I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, A. *Políticas da inimizade.* Lisboa: Antígona, 2017.

MILANEZ, F. *Lutar com a floresta*: uma ecologia política do martírio em defesa da Amazônia. São Paulo: Elefante, 2024

MOORE, J. *Capitalism in The Web of Life.* New York: Verso: 2015

PARENTI, C. Criação de ambiente no Capitaloceno: a ecologia política do Estado. *In:*

MOORE, J. (org.) *Antropoceno ou Capitaloceno*: natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.

Daniel Lemos Jeziorny – Doutor em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor no Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Política e Ecologia Política – GEPOL/UFRGS, desenvolvendo pesquisas na área de Economia Política, Ecologia Política e Estudos Rurais. Suas mais recentes publicações são: *Re-existencia popular frente el capitalismo de desastre en Río Grande del Sur, Brasil*. Ecología Política; *The State, Political Power, and the Financialization of Agrarian Space in Brazil*. Latin American Perspectives; *Caminhos do capital financeiro no espaço agrário brasileiro*: elementos para o debate dos conflitos hídricos no Mato Grosso, Brasil. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.